

Meu propósito é seguir os fios conceituais de reflexões realizadas em trabalhos anteriores, sobre os desafios éticos na perspectiva da *responsabilidade social* dos profissionais da informação, no contexto da sociedade contemporânea.

Desde 1999 venho refletindo a temática responsabilidade social na Ciência da Informação, em eventos,, como CBBB, ENANCIB, CIFORM, SECIN, e agora neste CNA, agregando à rede teórica o construto de inteligência coletiva, de Lévy (2000), e recentemente a competência ética de Varela (1995).

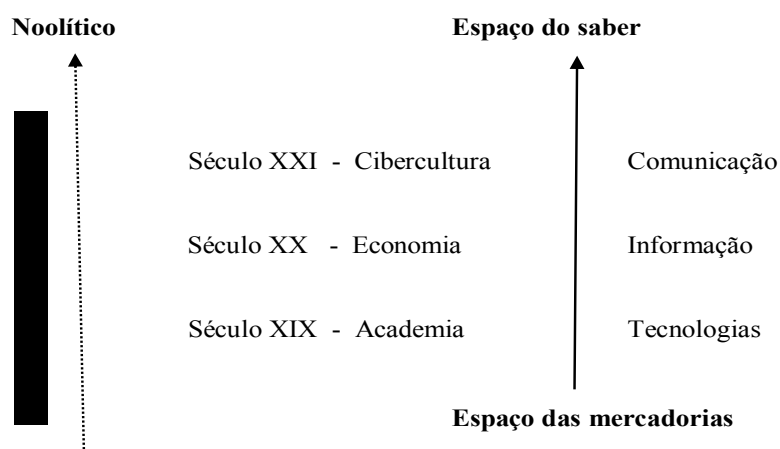
Lévy (2000) propõe que, ao longo do tempo histórico, as sociedades humanas desenvolveram *espaços antropológicos*, que se iniciam com a possibilidade de exploração do primeiro grande espaço aberto à nossa espécie: a Terra. Os modos de conhecimento desse primeiro espaço são os mitos e os ritos. O segundo espaço, do Território, emergiu com o neolítico e suas inovações socioculturais: a agricultura, a cidade, o estado e a escrita. O terceiro espaço, das Mercadorias, tem o fluxo como princípio organizador: fluxo de energias, mercadorias, capitais, mão-de-obra, informações. Desse estágio emerge o atual espaço do saber, caracterizado pela inteligência e pelo conhecimento coletivos, com uma função hegemônica sobre os demais, no rumo do *neolítico*<sup>2</sup>. No espaço do saber é necessário “engajar a singularidade, a própria identidade *pessoal* na vida profissional”, numa dupla mobilização subjetiva, “bastante individual, de um lado, mas ética e cooperativa, de outro” (LÉVY, 2000, p.23).

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação, Professora associada do Departamento de Ciência da Informação e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Idade da pedra (sicílio) do espírito.

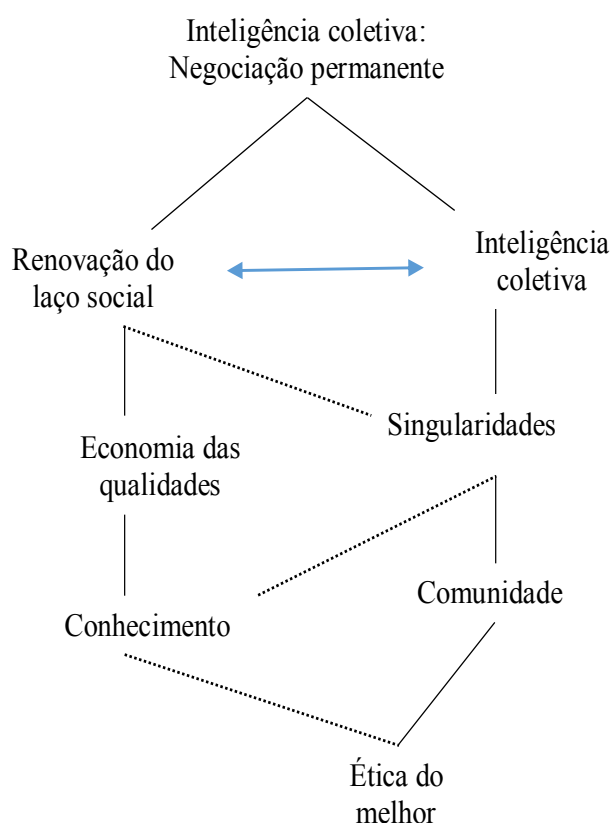
**Figura 1:** Do *espaço das mercadorias* ao *espaço do saber*



**Fonte:** FREIRE, 2016.

É um processo que Lévy (2000, p.20) denomina inteligência coletiva destacando a relevância de uma *engenharia do laço social*, vista como “a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas”.

**Figura 2:** Rede conceitual: *inteligência coletiva no espaço do saber*



**Fonte:** FREIRE, 2017.

Essa engenharia do laço social se desenvolve no contexto de uma *economia das qualidades humanas*, cuja ação implica na emergência de uma *ética do melhor*. Nesse contexto, Lévy (2001) aponta a comunidade científica como espaço para criação da inteligência coletiva. Essa abordagem representa uma nova visão da prática, conceitos e tecnologias no campo da Ciência da Informação. Um olhar que contemple o ‘outro’, o *usuário*, e possa se traduzir em uma *práxis* que nos aproxime Ainda mais das pessoas e grupos nos quais a informação se manifeste como possibilidade de conhecimento. Em outras palavras, trata-se de um novo caminho teórico, orientado para o desenvolvimento da capacidade educacional de transformar informação e conhecimento em ação. Porque, na sociedade em que vivemos, “o saber tornou-se a nova infraestrutura” (LÉVY, 2000, p.19).

E aqui indagamos, como Maturana e ... (...): “Quando começou o humano? Afirmamos que nós, os seres humanos, existimos na linguagem, ou melhor, nas conversações”. Pois os símbolos linguísticos libertam a cognição humana da situação perceptual imediata — podemos nos referir a coisas exteriores a essa situação e, sobretudo, podemos imaginar representações simultâneas de cada uma e de todas as situações perceptuais possíveis. Nós, seres humanos, nos preocupamos com os outros e temos preocupações éticas porque somos animais de linguagem e amorosos. O amor é nossa base, a proximidade é nosso fundamento.

O nosso processo evolutivo, a reflexão ético-social do século XX trouxe uma massificação que desafia o sujeito livre ao *saber-fazer-ético*. E aqui, acrescentamos o fio conceitual da competência ética, de Varela (1995), a nossa rede teórica, por se aproximar da perspectiva de uma inteligência coletiva fundamentada nas qualidades humanas.

**Figura 3:** Rede conceitual: a *ética do melhor* no *espaço do saber*



**Fonte:** FREIRE, 2017

O ponto central na “competência ética” consiste no reconhecimento da exigência, na vida humana, de uma prática transformadora, um conhecimento que afirma a condição da espécie humana como gregária, solidária e consciente (de si e do outro). Varela (1995, p....) propõe que “a ética está mais próxima da sabedoria do que da razão, mais próxima da compreensão [do que] deve ser o bem do que da formulação de princípios corretos”. Ele aponta que pouca atenção tem

sido dada à compreensão da nossa habilidade para solucionar problemas imediatos a partir de um *saber fazer*.

Nesse sentido, defende o ponto de vista de que as unidades apropriadas de conhecimento são, antes de tudo, *concretas, corporificadas, vividas*. Esse *saber fazer* representa, também, um *saber viver*, fundamentado numa prática transformadora que nada mais requer senão uma consciência, momento a momento, da *natureza virtual* de nós mesmos. De modo que o *saber fazer* se coloca em contraposição à reflexão e à análise, ao *como fazer* [know how] registrado pela escrita. Mas o *saber fazer* o é transparente para nossa cognição. Assim, não temos consciência do *saber fazer* no cotidiano.

Nesse contexto, às ações incorporadas no cotidiano — trabalhar, mover-se, falar, comer — que se manifestam como *saber fazer*, Varela (1995) acrescenta: responder às necessidades dos outros, definida como o autêntico cuidar de si. Trata-se do verdadeiro fundamento do Ser Humano, que poderia se tornar manifesto através de uma bem sucedida prática ética. É então, que propõe uma abordagem ao mesmo tempo pessoal e social, individual e coletiva, biológica e cultural — como propõe Lévy (2000) para a inteligência coletiva.

Resumindo: grande parte da nossa vida mental ativa está centrada em habilidades desenvolvidas ao longo da evolução humana, acrescidas das nossas próprias experiências pessoais. Contudo, esse saber fazer adquirido ao longo da história é transparente para nossa cognição. Assim, não temos consciência dele no cotidiano. É necessário desenvolver essa consciência, e a esse processo Varela (1995) denomina *competência ética*.

É nesse ponto que entrelaçamos o fio conceitual da competência ética na rede teórica sobre a responsabilidade social do profissional da informação, reconhecendo que não há um manual a consultar sobre o desenvolvimento de competências no contexto de um saber fazer ético.

Sem dúvida, a responsabilidade social está diretamente relacionada ao dever cívico e à consciência social. Ela visa contribuir para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes, inseridas na sociedade em que vivemos. Pode-se afirmar que a responsabilidade social supõe uma ação transformadora, uma forma de intervenção em busca de soluções para problemas sociais. E é aqui que se insere a questão do profissional da informação, especialmente do arquivista.

Os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas e sua evolução histórica e conceitual é paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas. Assim, os arquivos podem ser vistos como estruturas organizativas e funcionais a serviço dos seres humanos e de suas necessidades de informação. Seja na antiguidade ou na atualidade, os arquivos representam a possibilidade de reconhecimento dos direitos dos cidadãos, oferecendo a garantia legal necessária para uma vida social produtiva. E tanto no passado quanto no presente, o arquivista é o profissional mediador entre um cidadão e um documento de seu interesse e do qual necessita.

Arquivistas são profissionais da informação responsáveis por analisar e organizar documentos públicos e privados de cunho histórico, governamental, administrativo, científico ou literário, gravações sonoras e filmes. Nesse sentido, pode-se inserir o profissional arquivista no contexto da responsabilidade social dos profissionais da informação, qual seja “a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam”<sup>3</sup> — conhecimento representado pela informação demandada por um usuário em um dado arquivo. E aqui, destacamos as correlações estreitas entre essas atividades e proposições éticas:

- assegurar, permanentemente, a comunicabilidade e a compreensão dos documentos;
- encontrar um justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.

E entendemos como mandatos éticos manter a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado, bem como facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade. Nesse contexto, buscamos criar um espaço para a competência ética na formação profissional do arquivista, a qual constitui tanto um campo de preparação para uma atividade econômica, quanto uma oportunidade para expressão da criatividade individual e da cooperação nas relações humanas.

E foi assim que propomos, com a Profa. Dra. Julianne Teixeira da Silva, uma experiência na disciplina Ética da Informação no Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundamentada na filosofia das virtudes de Comte-Sponville (1999), aqui vistas como

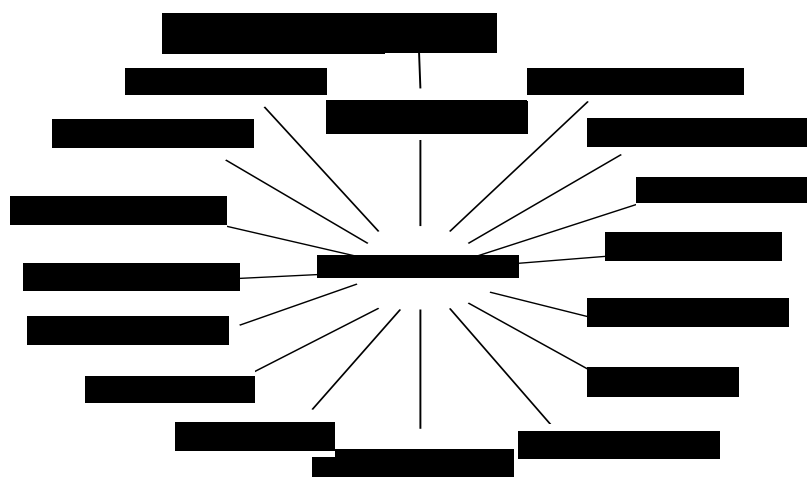
---

<sup>3</sup> Wersig e Neveling, 1975 citados por Freire, 2001.

qualidades necessárias ao exercício profissional do arquivista.<sup>4</sup> Nossa experiência foi orientada pela seguinte questão: considerada a competência ética, quais virtudes seriam necessárias à prática profissional dos arquivistas?

Por que “virtudes”? A virtude seria nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é, “nossa capacidade de agir bem” (COMTE-SPONVILLE (1999 p.17). Assim, pode ser vista, como uma disposição adquirida de fazer o bem. E mais: a virtude é o próprio bem, em espírito e em verdade. São nossos valores morais encarnados, vividos. Sempre singulares, como cada um de nós, sempre plurais, como as fraquezas que combatem ou corrigem. O autor trabalha com virtudes que lhe parecem mais relevantes, descrevendo como são, ou deveriam ser. Deliberadamente, seu conjunto de começa pela *polidez*, “que ainda não é uma virtude”, e termina pelo *amor*, “que não o é mais” (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.18).

**Figura 4:** As 18 virtudes conforme Comte-Sponville (1999)

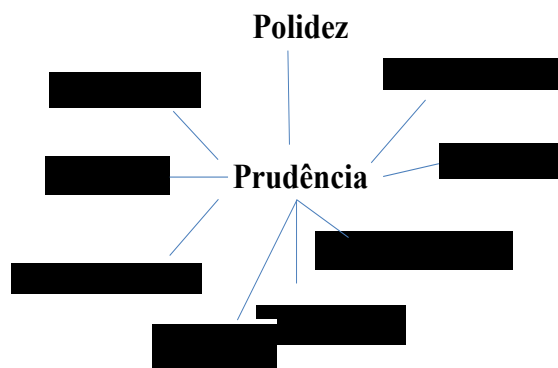


**Fonte:** FREIRE; SILVA, 2013.

Nosso propósito foi escolher, dentre as 18 virtudes apresentadas por Comte-Sponville (1999), aquelas que um profissional arquivista deveria ter — ou se esforçar para desenvolver — na prática arquivística. A pesquisa foi aplicada em três Turmas, nos semestres 2010.2 e 2011.1 e 2011.2.

<sup>4</sup> Disponível em:

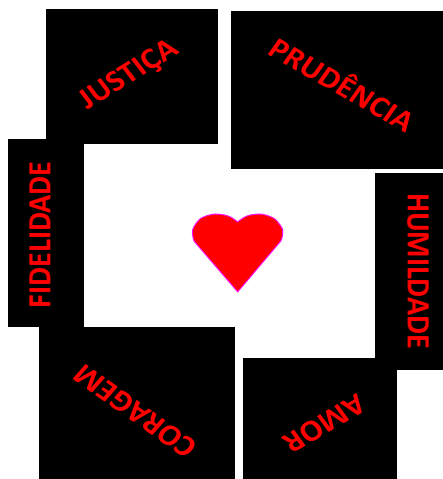
**Figura 5:** As virtudes escolhidas pelas Turmas



**Fonte:** FREIRE; SILVA, 2013.

Ao final do processo de seleção das virtudes pelas turmas participantes, foi elaborada uma mandala das virtudes, cujas características consideramos extensivas aos profissionais arquivistas, na sociedade. Cada virtude representa o arquétipo de um comportamento considerado ético e desejável para os profissionais arquivistas — dos quais se espera que sejam prudentes, fiéis, justos, polidos, corajosos, humildes, generosos, tolerantes, bem humorados e amorosos. Um conjunto ao qual pode ser atribuído uma competência ética.

**Figura 6:** A Mandala das Virtudes dos profissionais arquivistas



**Fonte:** FREIRE; SILVA, 2013.



Desse modo, trabalhamos com as virtudes de modo a construir caminhos por onde possam fluir os sentimentos e conhecimentos que nos tornam mais humanos é uma proposta coerente com a proposta de uma competência ética para os profissionais arquivistas. Acreditamos que essa visão pode significar um novo olhar sobre a prática, os conceitos e tecnologias no campo da Arquivologia. Um olhar que contemple o outro, e possa se traduzir no desenvolvimento de uma *práxis* que nos aproxime, o mais possível, das pessoas e grupos que demandam a informação arquivística, no espaço do saber.

Acreditamos que essa visão pode significar um novo olhar sobre a prática, os conceitos e tecnologias no campo da Arquivologia. Um olhar que contemple o outro, e possa se traduzir no desenvolvimento de uma *práxis* que nos aproxime, o mais possível, das pessoas e grupos que demandam a informação arquivística, no espaço do saber. De modo a transportar, nas *asas da informação*, o conhecimento para todos aqueles que dele necessitem: esta seria, a nosso ver, a parte que nos cabe na tarefa coletiva de construir uma sociedade em rede democrática e justa.

Contudo, nosso propósito não é apenas refletir, mas contribuir para a discussão de modelos de intervenção em regimes de informação no campo científico, criando oportunidades para projetos de inteligência coletiva na comunidade acadêmica. De modo que o conhecimento possa voar nas asas da informação, alcançando todas as pessoas e grupos que dele necessitam, na sociedade.

**Figura 7:** Imagem da nossa metáfora



**Fonte:** Google Imagens

Para não esquecer que o outro sou eu, na dupla hélice do DNA.

## REFERÊNCIAS

COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Reeditado em 2000. Disponível em: <http://christianrocha.files.wordpress.com/2008/12/pequenotratado-das-grandes-virtudes.pdf>. Acesso em 2 out. 2005.

FREIRE, Isa Maria. Sobre a competência ética na Ciência da Informação. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17, 2016, Marília. **Anais Eletrônicos...**, Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiencib/ENANCIB/paper/view/308/1081>.

FREIRE, Isa Maria. Índícios da inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTi. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17, 2016, Salvador. **Anais Eletrônicos...**, Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4108/2590>.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/682/1/isafreire2001.pdf>.

Freire, Isa Maria Freire; SILVA, Julianne Teixeira e. A mandala das virtudes da arquivologia: relato de pesquisa. **Archeion Online**, v.1, Ed. Esp., p.33-44, 2013.

GOOGLE Imagens. [https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQ\\_VwEJZ73vSZyXBxf3M9-tlXnkGrpv7E1KdaXc2X-r8tgRQO39PQ](https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQ_VwEJZ73vSZyXBxf3M9-tlXnkGrpv7E1KdaXc2X-r8tgRQO39PQ).

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. 236p.

VARELA, Francisco. **Sobre a competência ética**. Lisboa: Ed. 70, 1995. 104p.

WERSIG, Gernot, NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v.9, n.4, p.178-201, 1975.